



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

O Presidente

Mensagem do Presidente

2019

As perspetivas económicas para o ano que se inicia são diferentes das do ano anterior. Ao otimismo segue-se a sensação de esfriamento, baseada em receios de incerteza devida a fatores dificilmente controláveis, como o *Brexit*, o ataque da presidência dos Estados Unidos da América aos acordos de comércio internacional, a imprevisível reação da China, as migrações, os riscos inerentes à economia digital e automação e a perda de ritmo da economia alemã. As previsões não são catastróficas nem sequer pessimistas, são sobretudo cautelosas. A redução do crescimento já registada a partir do terceiro trimestre do ano findo traduz-se agora em previsões moderadamente declinantes.

Nos três primeiros trimestres de 2018, o PIB cresceu respetivamente 2,2%, 2,4% e 2,1%. A previsão do Governo (OE) para o ano inteiro continua a ser 2,3%, mas baixa para 2,2%, em 2019. O Banco de Portugal (BdP), a Comissão Europeia (CE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2019 ficam-se pelos 1,8%, só a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) atinge os 2,1%. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) prevista para 2018 teve significativa amplitude, mas baixou em relação a 2017 (9,2%). Para 2019 oscila entre 3,9% do BdP, 4,4% da CE e 5,2% do Governo. As exportações, que em 2017 cresceram 7,8%, irão registar em 2018 um crescimento de apenas 6,6% na previsão do OE, 6,8% do FMI, 5,5% da CE e 3,6% do BdP.

Na trajetória do ajustamento, o défice e a dívida continuarão a diminuir. Todas as fontes de informação económica nacionais e internacionais são unânimes em aceitar a previsão do Governo de contenção do défice em 2018 para 0,7% do PIB. É até possível que a realidade melhore a previsão. O Conselho de Finanças Públicas (CFP) admitiu recentemente o valor de 0,5%. A dívida da República deve continuar a sua marcha descendente, de 124,8% do PIB em 2017, para 120 a 121% em 2018, oscilando a previsão

para 2019 entre 117,2% do FMI e 119,2% da CE, sendo de 118,4% a da OCDE e 118,5% a do OE.

A taxa de desemprego baixou de 8,9% (2017) para 6,7% (3ºT-2018), prevendo-se para 2019 um valor que se situa entre 6,2% (BdP) e 6,7% (FMI). Tanto o desemprego jovem como o de longa duração têm continuado a baixar de forma sustentada. Entre o terceiro trimestre de 2017 e o de 2018 foram criados 100 mil novos empregos líquidos, 40% dos quais no setor do Turismo.

Estrutura contratual do emprego

A partição entre contratos sem termo e outro tipo de contratos manteve-se estável ao longo do ano. 77,8% dos trabalhadores tinham contrato sem termo no 3º trimestre de 2018, valor semelhante ao correspondente a todo o ano de 2017 que era de 78,0%. As taxas de crescimento de cada tipo de contrato revelam, entre o terceiro trimestre de 2017 e o terceiro trimestre de 2018, uma ligeira diminuição percentual dos contratos com termo, -0,3%, e um aumento de 2,7% nos contratos sem termo. No entanto, a categoria “outros tipos de contratos” que abrange figuras como o contrato por tempo indeterminado registou o expressivo aumento de 9,0%. O seu número é todavia muito reduzido, apenas 3,6% do total de trabalhadores por conta de outrem (3ºT-2018). É provável que estas tendências se mantenham para 2019.

Contratação coletiva

O número de trabalhadores abrangidos por contratação coletiva aumentou 10% em 2018 face ao ano anterior, cobrindo cerca de 900 mil trabalhadores, já bem longe do mínimo histórico de 240 mil, correspondente a 2013. Em 2018 foram publicadas 220 convenções (contra 208 em 2017 e 146 em 2016). Os aumentos salariais definidos na negociação coletiva foram de 3,4% e metade das convenções que alteraram tabelas salariais estipularam salários acima do mínimo (3ºT-2018).



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

O Presidente

Evolução salarial

Apesar da ligeira retoma nominal dos salários em 2017, a sua evolução real continua a ser modesta. Os salários reais continuam hoje a ser inferiores aos salários reais de 2000 e muito inferiores aos de 2010. A evolução salarial tem sido insuficientemente abordada no debate económico. É verdade que não se trata de uma singularidade nacional. Uma das principais características da retoma por toda a Europa tem sido que a diminuição do desemprego não veio acompanhada dos esperados aumentos dos salários reais. Na verdade, se entre 2014 e 2017 o crescimento acumulado dos salários nominais foi de apenas 0,54%, a evolução dos salários reais desde o início do século, entre 2000 e 2017 foi de -2,6%. A redução entre 2010 e 2017 foi drástica, -7%, sem que esteja agora a ser atenuada, apesar do melhor desempenho da economia a partir de 2014.

Combate à pobreza e desigualdade

No domínio do combate à pobreza e desigualdade, foram registados progressos associados ao crescimento do emprego, descida do desemprego, subida do salário mínimo e aumento da elegibilidade e montante do Complemento Solidário para Idosos. O índice de Gini diminuiu de 33,9% em 2015 para 32,6% em 2017. Em igual período, a taxa de pobreza diminuiu de 19% para 17,3%. Foi, no entanto, no âmbito dos indicadores de privação material que o progresso foi mais assinalável: a taxa de privação material desceu de 21,6% em 2015 para 16,6% em 2018, enquanto a taxa de privação material severa desceu de 9,6% para 6% em igual período de análise.

Retribuição Mensal Mínima Garantida (RMMG)

A subida do salário mínimo nacional (RMMG) de 580 em 2018, para 600 euros em 2019 representará um acréscimo de 3,45%. Para a totalidade dos salários a comparação entre 2016 e 2017 demonstra valores inferiores ao da subida do salário mínimo: 1,95% de crescimento no vencimento base médio mensal (943 euros em 2017) e de 2,21% no ganho médio mensal (1133 euros em 2017). A percentagem de trabalhadores que auferem o salário mínimo baixou pela primeira vez, entre 2016 e 2017, de 23,3% para 21,6%. A

percentagem de novos contratos com o salário mínimo praticamente estabilizou na comparação entre o 1º semestre de 2017 (40,4%) e o 1º semestre de 2018 (40,2%).

Teria sido possível ir mais longe na fixação da RMMG para 2019, como era proposto pelas associações sindicais e como chegou a ser admitido por algumas das empresariais. Uma subida maior da RMMG teria o efeito de fazer subir todos os salários que se aproximam do valor mínimo garantido, sem reduzir o emprego, como ficou demonstrado nos anos recentes. Por outro lado, uma subida dos salários à volta e acima da mediana, associada a um maior esforço na formação profissional pública e privada, teria constituído um forte incentivo à procura de formação ao longo da vida por empresas e trabalhadores que praticam ou recebem retribuições no segundo e terceiro quartis da distribuição salarial. Anote-se que a necessidade de aumentar o esforço público em qualificação profissional tem sido matéria de confluência de opiniões entre organizações empresariais e sindicais.

Clima social

A recuperação de rendimentos resultante de eficazes medidas de política e do bom desempenho da economia contrasta com a deterioração crescente do clima social, medida pelo número de greves ocorridas em entidades empresariais de natureza pública. Na verdade, a constituição de tribunais de arbitragem obrigatória para fixação de serviços mínimos tem vindo a crescer ao longo da legislatura: 12 em 2016, 20 em 2017 e 47 em 2018. Destes 79 processos, 6 respeitaram ao setor dos resíduos sólidos e águas, 24 ao setor da saúde e 49 ao setor dos transportes, tendo as greves impacto pesado no serviço público e assinalável desconforto para o cidadão. É de recear que o debate eleitoral que se avizinha, em contexto de tendencias parlamentarização e presidencialização simultâneas no sistema político, tenda a culpabilizar a ação governativa, estreitando a margem de manobra desta na solução de conflitos no setor público. Esta matéria não pode deixar de causar preocupação.



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

O Presidente

Funcionamento do Conselho

O CES é um organismo de dimensão contida que se debate com limitações. As principais derivam da sua pequenez: nele trabalham apenas 13 pessoas, incluindo presidente e gabinete; ocupa instalações agradáveis, mas inadequadas para a sua missão, começando a carecer de obras e reparações. Custa ao País 1.425 milhares de euros (2019), dos quais 488 mil são transferidos para os parceiros sociais da concertação. Muito abaixo das dotações de antes da crise. Apesar do aumento de eficácia e de produtividade - acumulando novas e crescentes funções, como a arbitragem para serviços mínimos de greves, a contratação coletiva de trabalho e correspondente sobrevigência, bem como as conferências que realiza em Lisboa e fora de Lisboa – o CES não pode deixar de registar que a parcimónia de meios de que dispõe lhe coarta, entre outras atividades, o relacionamento internacional, o recurso a estudos especializados e a retribuição justa do esforço dos seus relatores. Demonstrando que com pouco se pode sempre fazer mais, também reconhece que poderia ir mais além se dispusesse das dotações que lhe haviam sido atribuídas no passado.

Em 2018 entraram em vigor as alterações decididas pela Assembleia da República sobre o alargamento da composição do CES. Com a admissão de novos representantes do setor social, das associações representativas de imigrantes e das comunidades portuguesas, de associações juvenis, de reformados, pensionistas e aposentados, das coletividades de cultura, recreio e desporto o CES passou a contar com mais dez conselheiros. O processo de identificação e seleção, apesar de demorado, foi realizado de forma inclusiva e tendencialmente consensual.

O CES cumpre neste momento as suas obrigações constitucionais de participação na elaboração das propostas de grandes opções e dos planos de desenvolvimento económico e social, através de parecer obrigatório sobre as Grandes Opções do Plano e sobre o Programa Nacional de Reformas, bem como de pareceres solicitados pela Assembleia da República sobre o Orçamento e a Conta Geral do Estado. Ocasionalmente têm sido emitidos outros pareceres a pedido do Governo (por ex. legislação sobre transferência de competências).

Na presente legislatura o CES tem vindo a promover debates sobre temas atuais da sociedade portuguesa, organizando conferências com os parceiros sociais e especialistas convidados, das quais têm resultados publicações relevantes. Em 2017 debateu a economia das florestas e os modelos da segurança social. Em 2018 debateu as perspetivas económicas da União Europeia, os desafios da água na sociedade portuguesa, a natalidade, a Saúde e o Estado e a aprendizagem ao longo da vida. Em 2019 pretende debater o envelhecimento, a qualidade da gestão nas empresas portuguesas, a energia e a administração pública dos próximos vinte anos. Outros temas de atualidade emergente, como a robotização industrial, a cibersegurança e as migrações não deixarão de merecer atenção futura.

Dentro do CES, a Comissão Permanente da Concertação Social (CPCS) para além do seu importante papel no diálogo e concertação, tem ainda servido de veículo de informação e auscultação entre Governo e Parceiros Sociais sobre temas de atualidade, como os incêndios florestais, a preparação do orçamento, a evolução da economia, a agricultura, o turismo, o futuro da Europa, a modernização da administração, o *Brexit*. Será natural que o Governo, seguindo a Constituição, venha a ouvir o CES sobre outros planos de desenvolvimento económico e social, como o Programa Nacional de Investimentos 2030, onde ganham relevo as infraestruturas aeroportuárias e ferroviárias. O Governo ouve regularmente os parceiros na véspera dos conselhos europeus. Estas audições e debates constituem uma saudável e útil troca de informações em pluralidade de opiniões.

Regista-se uma limitação natural nos resultados da concertação, face ao contexto político. Não será por acaso que, para 2018 e 2019 não houve acordos sobre o salário mínimo, vindo este a ser fixado pelo Governo, nos termos da lei. A proposta de alteração da legislação laboral encontra-se ainda a seguir o seu curso legislativo no Parlamento. Acordos de governação normalmente precludem acordos sociais, conduzindo a concertação ao risco de redundância.

Todavia, não há sinais de desinteresse dos parceiros, nem na substância, nem no ritual da concertação. É certo que o exercício da concertação tem as limitações da erodida representatividade. O fenómeno da desmotivação cívica é infelizmente transversal, desde



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

O Presidente

a elevada abstenção eleitoral ao inquietante fenómeno do desinteresse dos jovens pela política. Aos que vaticinam uma potencial ascensão do populismo deve responder-se com o reforço, não com a diluição da concertação. Os Portugueses habituaram-se à concertação social e reconhecem-na como instrumento de união e de descompressão das tensões políticas mais intensas.

Conclusão

O sentido geral desta mensagem é o da relevância do CES, não apenas na sua missão formalmente fixada na Constituição, mas sobretudo nas funções de catalisador e alimentador do diálogo social e gerador dos consensos que permitam a Portugal crescer de forma harmónica, utilizando de modo útil a dialética entre a empresa, o trabalhador e a sociedade civil organizada, perspetivando opções estratégicas intemporais. Estamos certos de que ela é sufragada amplamente por todos os conselheiros e conselheiras.

O bom funcionamento do CES depende essencialmente da motivação dos seus membros e do pessoal de apoio. O empenhamento pessoal e coletivo removeu grande número de dificuldades e obstruções. Temos o prazer de registar uma participação interessada e assídua, quer no plenário quer nas comissões, bem como uma elevada motivação do pessoal, quer permanente, quer do meu gabinete. A todos manifesto o meu reconhecimento.

Lisboa, 31 de janeiro de 2019

António Correia de Campos